



cadernos do arquivo municipal

JANEIRO - JUNHO 2020

Dossier temático

INDÚSTRIA E OPERÁRIOS NOS SÉCULOS XIX E XX

coordenação Magda de Avelar Pinheiro

FICHA TÉCNICA

Cadernos do Arquivo Municipal

ISSN 2183-3176

2ª série nº 13 janeiro - junho 2020

<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/>

Periodicidade semestral

Direção

Helena Neves

Coordenação Científica do Dossier Temático

Magda de Avelar Pinheiro

Coordenação Editorial

Marta Gomes

Conselho Editorial

Marta Gomes (Arquivo Municipal de Lisboa/CML, Portugal)

Nuno Campos (Arquivo Municipal de Lisboa/CML, Portugal)

Nuno Gomes Martins (Arquivo Municipal de Lisboa/CML, Portugal)

Sandra Cunha Pires (Arquivo Municipal de Lisboa/CML, Portugal;
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Portugal)

Apoio à edição

Denise Santos

Fernando Matos

Publicação

Arquivo Municipal de Lisboa

Edição

Câmara Municipal de Lisboa | Direção Municipal da Cultura | Departamento
de Património Cultural | Divisão de Arquivo Municipal

Conceção Gráfica

Joana Pinheiro

Comunicação

Pedro Cordeiro

Susana Santareno

Capa

Fumigação de cortiça, Junta Nacional dos Resinosos, Alentejo, Artur Pastor.

Prova em papel de revelação baritado, 13x18 cm, [ca 1960].

PT/AMLSB/ART/022316



Contactos

Arquivo Municipal de Lisboa

Rua B ao Bairro da Liberdade lote 3 a 6 - 1070-017 Lisboa

Telefone: 213 807 100

E-mail: am.cadernos@cm-lisboa.pt

Conselho Científico

André Pinto Dias Teixeira (CHAM-Centro de Humanidades, FCSH,
Universidade NOVA de Lisboa e Universidade dos Açores; Departamento
de História, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal)

Armando Luís Gomes de Carvalho Homem (FL-Faculdade de Letras, Porto,
Portugal; Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal)

Dejanirah Silva Couto (Section Sciences Historiques et Philologiques, École
Pratique des Hauts Études, França)

Hélder Alexandre Carita Silvestre (IHA-Instituto de História da Arte, FCSH,
Universidade NOVA de Lisboa, Portugal)

Jorge Manuel Rios da Fonseca (CHAM-Centro de Humanidades, FCSH,
Universidade de Lisboa e Universidade dos Açores, Portugal)

José Manuel Louzada Lopes Subtil (Universidade Autónoma de Lisboa,
Portugal)

Julio Cerdá Diaz (Universidad Carlos III de Madrid; Ayuntamiento de
Arganda del Rey, Servicio de Archivos y Gestión Documental, Espanha)

Maria Fernanda Baptista Bicalho (Departamento e Programa Pós-
Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Brasil)

Maria Raquel Henriques da Silva (IHA-Instituto de História da Arte, FCSH,
Universidade NOVA de Lisboa, Portugal; Departamento de História da
Arte, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal)

Silvio de Almeida Toledo Neto (DLCV-Departamento de Letras Clássicas
e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,
Universidade de São Paulo, Brasil)

Teresa Leonor Magalhães do Vale (ARTIS-IHA-Instituto de História da
Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Portugal)

Cadernos do Arquivo Municipal é uma revista com arbitragem científica
(*peer review*) referenciada e indexada nos seguintes repositórios/bases
de dados internacionais:

CAPES

DOAJ

ERIH PLUS

Google Scholar

Catálogo LATINDEX (nº de Fólio 23733)

SciELO

SHERPA/RoMEO

Comissão Externa de Avaliadores

1.º semestre 2020

- Ana Mouta Faria (CIES-IUL – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Portugal)
- Ana Villanueva (IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP-Universidade Estadual de Campinas, Brasil)
- Daniel Ribeiro Alves (IHC – Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal)
- João Rosa Vieira Caldas (CERIS – Civil Engineering Research and Innovation for Sustainability, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa, Portugal)
- Jorge Fernandes Alves (Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Portugal)
- José Maria Amado Mendes (Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Portugal; Departamento de História, Artes e Humanidades, Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal)
- José María Cardesín Díaz (GET – Group of Territorial Studies, Faculdade de Sociologia, Universidade da Coruña, Espanha)
- José Pedro Monteiro (CES – Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal)
- Manuel Villaverde (Câmara Municipal de Loures, Portugal; IHA – Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal)
- Maria da Conceição Meireles Pereira (Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Portugal; CEPES - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, Universidade do Porto; Fundação Eng. António de Almeida, Portugal)
- Maria Eugénia Miranda Afonso Vasques (CIAC-Centro de Investigação em Artes e Comunicação, Universidade do Algarve, Portugal)
- Maria João Vaz (CIES-IUL, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Portugal)
- Maria Luísa Brandão Tiago de Oliveira (Departamento de História, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Portugal; CIES-IUL – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Portugal)
- Michel Cahen (CNRS – Centre National de la Recherche Scientifique, Sciences Po Bordeaux, França; EHEHI-École des Hautes Études Hispaniques et Ibériques, Casa de Velázquez, Madrid, Espanha)
- Pierre Marie (CES – Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal)

DOSSIER TEMÁTICO

A representação do trabalho fabril na literatura socialista portuguesa. Da fundação do Partido Socialista Português à Primeira República (1875-1910)

The representation of fabrile work in the portuguese socialist literature. From the foundation of the Portuguese Socialist Party to the First Republic (1875-1910)

Beatriz Peralta García

RESUMO

Aliteratura foi um dos instrumentos da intelectualidade operária para a difusão do ideal socialista e para a denúncia das suas condições de trabalho e de vida. Trata-se de um tema ainda pouco explorado pela historiografia, mas contamos com alguns trabalhos publicados nos últimos anos que nos permitem avançar no conhecimento de dados concretos, como as narrativas, peças de teatro e poemas criados pela intelectualidade operária com este intuito. Paralelamente, estas obras oferecem informação valiosa sobre as condições de trabalho nas fábricas, o uso dos instrumentos de defesa como a greve e as organizações de classe, e as preocupações dos operários. Neste artigo pretendemos mostrar a evolução da percepção e do tratamento dado ao trabalho fabril na literatura socialista, desde a fundação do Partido Socialista Português à proclamação da República.

ABSTRACT

Literature was one of the instruments of workers' intellectuals for the dissemination of the socialist ideal and for the denunciation of their working and living conditions. It is a topic that has not been explored in historiography yet, but we have some works published in recent years that allow us to advance in the knowledge of concrete data, such as narratives, plays and poems created by the workers' intellectuals for this purpose. At the same time, these works offer valuable information on working conditions in factories, the use of defense instruments such as class organizations and strikes, and the concerns of workers. In this article we intend to show the evolution of the perception and the treatment given to factory work in socialist literature from the founding of the Portuguese Socialist Party to the proclamation of the Republic.

PALAVRAS-CHAVE

Literatura socialista / Dramaturgia socialista / Partido Socialista Português / Intelectualidade operária / Trabalho operário

KEYWORDS

Socialist literature / Socialist dramaturgy / Portuguese Socialist Party / Workers 'intelectuality / Workers' work

(...) o socialismo é o Amor – fazendo associar os individuos, para que se ilustrem e se abracem como irmãos!
 É a Justiça – apontando aos povos quaes os males de que enfermam, quaes as verdades a seguir, quaes os bens a obter!
 É a liberdade – fazendo com que os embates de opiniões e de interesses, o odio de preconceitos e de crenças, cedam de vez aos ditâmes da razão e ao dominio da ciencia!

António Augusto da Silva, *Pedro, o tecelão* (c. 1898)

INTRODUÇÃO

A evolução dos estudos relativos ao movimento operário fez com que, superado o estágio inicial de análise do surgimento e organização das agremiações operárias, os investigadores olhassem para outros âmbitos, como aquele que ficou designado como «cultura operária». Nesta abrangente, e por vezes até difusa epígrafe, ficaram integradas manifestações diversas, entre as quais, o universo artístico e, em particular, a literatura, que foi examinada sob duas perspetivas: a atenção às obras geradas pela intelectualidade operária, de que é exemplo um pioneiro trabalho de Maria Filomena Mónica intitulado *Poemas operários 1850-1926*, de 1983, e o reflexo do mundo operário na literatura da segunda metade do século XIX, num outro trabalho precursor, *Operários de Lisboa na vida e no teatro (1845-1870)*, de 1993, de Fernando António Almeida. No primeiro caso, mostrava a historiadora a capacidade dos operários portugueses para exprimirem as suas reivindicações de classe através de estruturas poéticas, apresentando uma seleção lírica recolhida da imprensa de classe; no segundo, estuda o autor as peças teatrais da autoria de escritores maioritariamente não operários mas que apresentam o universo do trabalho fabril, com destaque para os tipógrafos. O estudo da literatura dos operários, isto é, dos textos líricos, narrativos e teatrais escritos por eles com um intuito de divulgação doutrinária das “escolas” socialistas, a reivindicação dos seus direitos laborais e de classe, e o divertimento dos trabalhadores, é uma corrente historiográfica que nasceu nos fins da década de 1970, a partir de um renovado interesse pela história social que focalizava a sua atenção na classe operária, seguida por uma nova geração de historiadores como Maria Filomena Mónica, José Pacheco Pereira, Fernando Piteira Santos, Carlos da Fonseca, Edgar Rodrigues ou Ramiro da Costa, entre outros. Mas, a partir dos inícios da década de 1990, tal interesse decaiu e com ele as investigações sobre a cultura operária que, não obstante, se mostra como uma vertente fulcral para o conhecimento da perceção que o movimento operário tinha dele próprio. A imagem veiculada através do teatro evoluiu, desde o drama social às peças teatrais socialistas, nas quais a descrição do trabalho nos estabelecimentos fabris era exibida com maior dramatismo do que nos textos dos dramaturgos realistas, considerando-se documentos invulgares para o estudo do movimento socialista dos fins do século XIX. Trata-se, portanto, de um processo singular que descreve também o percurso seguido pela intelectualidade operária na construção de uma imagem autorreferencial enquanto classe social e que levou, em última instância, à criação de uma literatura “socialista”. Para a compreensão quer do processo, quer do surgimento do teatro socialista, devemos remontar às origens, isto é, ao que a crítica denomina “drama social”.

DA LITERATURA REALISTA À LITERATURA OPERÁRIA SOCIALISTA: CRÍTICA SOCIAL E ASSOCIATIVISMO OPERÁRIO

A divulgação da figura do operário fora do seu ambiente natural, a fábrica, foi da responsabilidade das novas correntes que, na literatura, despontavam nos fins da década de 40 e inícios da década de 50 do século XIX. Uma nova tendência, o realismo – que pela sua atenção à descrição das condições de vida dos operários no processo do desenvolvimento do capitalismo industrial oitocentista ganhou uma feição utilitarista – introduzira-o como personagem no teatro de dramaturgos atentos aos movimentos sociais do seu tempo, como Mendes Leal, Augusto César de Lacerda, José de Almada e Lencastre e Ernesto Biester, entre outros. Peças como *Pedro* (1849),

Os homens de mármore (1854), *O homem de ouro* (1855), *Dois mundos* (1855), *Pobreza envergonhada* (1857), *Scenas de família* (1857), *Mistérios sociais* (1858), *Caridade na sombra* (1858), *A associação e a família* (1858), *Fortuna e trabalho* (1863) e *Os operários* (1867) defendiam a dignidade do trabalho – maioritariamente fabril – e denunciavam as condições de vida dos operários sob uma perspetiva paternalista e morigeradora dos costumes sociais que depressa ganhou o aplauso do público. Ernesto Biester, por exemplo, dedicou *Fortuna e trabalho* aos tipógrafos, que agradeceram o gesto saudando o autor no palco. Depressa, a intelectualidade operária também descobrirá no poder do teatro um instrumento eficaz aos seus interesses, com um intuito de legitimação social, mas também conformador da sua consciência de classe. Daí o surgimento das primeiras obras escritas por elementos do operariado, entre elas *O operário e a associação* (1861), do tipógrafo José Maria da Silva e Albuquerque, em defesa do seu sindicalismo de classe representado pela Associação Tipográfica Lisbonense (1852), obra que chegou a ver impressa em 1867¹. Poucos anos depois, a experiência da Comuna de Paris, em 1871, que representou um ponto de inflexão na organização do movimento operário internacional, teve o seu reflexo em Portugal através da fundação da Associação Fraternidade Operária logo no ano seguinte, a primeira agremiação de certa importância num sindicalismo interclassista. Em defesa dela surgiu a primeira peça vinculada ao movimento operário organizado da qual temos conhecimento documentado. O seu autor, Pedro de Carvalho, porventura um dos membros da Fraternidade Operária, escreveu, em 1876, *A luta do proletariado*, um drama em quatro atos. Como era habitual, foi dado a conhecer em leitura pública, desta vez na sala do Grémio Operário, em Lisboa, no domingo 15 de outubro desse ano. O ato foi noticiado dois dias depois em *O Protesto*, o “jornal dos operários socialistas”, isto é, o órgão do recém-constituído Partido Socialista Português (1875), em crónica assinada por Luís A. C. Gracio, que explica que a peça fora composta havia pouco, “mais por entretenimento que para merecer as glórias de dramaturgo”, segundo esclarecia modestamente o autor, ciente, talvez, da sua pouca desenvoltura na arte dramática. Porém, o facto não obistou à escrita desta peça com personagens operárias como protagonistas: Júlio é operário correeiro, membro da Associação Fraternidade Operária, apaixonado por Luísa, de profissão costureira, a quem é capaz de esquecer, devotado às questões da Associação. Maria da Piedade, pelo seu lado, é viúva de um ourives, responsável por três filhos menores, que se vê na necessidade de pedir esmola para lhes garantir o sustento diário. Ela é amparada por Luísa e, em reconhecimento, devolve o auxílio recebido, oferecendo-se como madrinha de casamento, dando-lhe o enxoval, e convidando o casal e mais alguns operários a habitarem uma casa de campo recebida como herança.

A obra é moldada nas características do drama social, embora o facto de as personagens pertencerem ao mundo operário e uma delas militar na Fraternidade Operária, filia-a nesta primitiva literatura de combate, neste caso especialmente preocupada com questões organizativas. Talvez o mais fascinante da obra de Pedro de Carvalho seja que no decurso da ação, Júlio, no terceiro ato, tem um sonho em que surgem as personificações da Igualdade, da Fraternidade e da Liberdade, presididas pelo Trabalho e pela Justiça. A cena não foi do agrado do cronista Gracio: “Parece-nos que poderia supprimir-se este quadro”², escreveu, mas funciona como um antecedente precoce de uma “literatura alegórico-fantasia socialista” muito original, plenamente desenvolvida depois nalguns contos e dramas publicados em *A Federação* entre 1894 e 1896, com a estrutura do debate de ideias por um outro intelectual socialista, o compositor tipógrafo Ernesto da Silva (1868-1903)³. A par de *Nova Aurora* (1900), deste mesmo autor, as obras são exemplo de uma literatura caracterizada pela subversão das leis do real mostrando um mundo natural negativo, no qual aparecem personificações de conceitos como o Trabalho, a Ideia (Socialista), o Capital, a Dor e a Miséria, em confronto mútuo ou com as personagens humanas de que o terceiro ato do drama *A luta do proletariado* é um antecedente precoce⁴. Para Luís A. C. Gracio, a peça constituía, todavia, uma oportunidade para a criação de “uma pequena sociedade dramática como meio de util propaganda das nossas idéas”⁵.

¹ ALMEIDA, Fernando António – *Operário de Lisboa na vida e no teatro (1845-1870)*. Lisboa: Ed. Caminho, 1993. p. 229 e ss.

² *O Protesto: Periódico Socialista*. Lisboa. Nº 61 (outubro 1876), p. 4 e GRACIO, Luiz A. C. – Leitura de um drama. *Idem*, Nº 62 (outubro 1876), p. 4.

³ Trata-se dos contos *Luz e sombra*. (*Phantasia*) (1894), *O tio Cholera* (1894), *Um encontro*. (*Phantasia*) (1894), e do drama *Nova Aurora* (1900). PERALTA GARCÍA, Beatriz – Literatura alegórico-fantasia socialista. *Revista de Estudos Literários*. Nº 9 (2019), p. 183-198.

⁴ PERALTA GARCÍA, Beatriz – Literatura alegórico-fantasia socialista – *Op. cit.*, p. 187.

⁵ *O Protesto... Op. cit.* Nº 61 (outubro 1876), p. 4 e GRACIO, Luiz A. C. – Leitura de um drama. *Idem*, Nº 62 (outubro 1876), p. 4.

A criação de grupos teatrais por atores amadores operários será uma ideia retomada alguns anos mais tarde no contexto da organização partidária do movimento operário socialista, segundo veremos. Antes até da constituição do Partido Socialista Português como resposta ao congresso que, reunido em Haia no ano de 1872, promoveu a fundação dos partidos socialistas nacionais, verificara-se o interesse dos jovens socialistas pelo teatro como instrumento para a divulgação das novas ideias nos meios operários nesta década de 70, caracterizada por um contexto fortemente marcado pela necessidade de avançar no âmbito organizativo de caráter político. Entre eles, destaca-se Ladislau Batalha (1856-1939), que escreveu com apenas dezassete anos uma comédia de situação em dois atos intitulada *Consequências de um sim* (1873), sem qualquer referência operária, cujo enredo se desenvolve em torno de dois velhos, Leocádio e Jacinto, que pretendem a jovem criada Florinda, a qual acaba por casar com o também criado Manuel⁶; e particularmente Manuel Luís de Figueiredo (1861-1927), sem dúvida o grande dramaturgo operário da década de 80. É nestes anos que redige a maioria dos títulos da sua produção teatral – *A canalha* (1880)⁷ – representada segundo ele próprio afirmava⁸, *Fidalgos e populares* (1881)⁹, *A última favorita* e *Dramas da realeza*. Em 1880, após a celebração, entre 23 e 25 de outubro, do IV^o Congresso Nacional do recém-nascido Partido dos Operários Socialistas de Portugal (1878), passa a integrar o seu Conselho Central e escreve a peça mais conhecida, *Os jesuitas*, que respondeu a dois objetivos, segundo explicava o autor: servir como instrumento de propaganda socialista e contribuir para a revitalização do teatro português, onde triunfavam as obras dos autores italianos e franceses¹⁰. Certamente, na composição da peça latejou no ânimo do autor o conhecimento da expulsão da Companhia de Jesus de França a 29 de junho de 1880, no contexto da reforma do ensino impulsionada pelo Ministro da Educação, Jules Ferry e, talvez, a futura comemoração da expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, que os republicanos portugueses preparavam para 1882. O texto foi representado a 20 de fevereiro de 1881 tendo obtido o elogio da crítica, o que lhe valeu um lugar de reconhecimento entre a intelectualidade portuguesa e não apenas entre os operários. Por isso, quando, em 1883, os responsáveis pela Agência Teatral, “três indivíduos – isto é, Callisto, Francisco Franco e Frederico Napoleão de Victoria – que buscam no trabalho os seus títulos de apresentação na sociedade, sem pretensões literárias nem se permitindo preocupações de seita”¹¹, iniciassem a publicação “por assinatura” – 30 réis por semana¹² – de algumas peças teatrais “dos nossos mais festejados autores dramaticos”, e incluíssem Manuel Luís de Figueiredo numa coleção intitulada “Biblioteca Progresso Teatral”¹³. O texto veria a luz no mês de novembro seguinte¹⁴. Nele, o autor situava a ação em 1880, em Lisboa, mostrando as intrigas do jesuíta Le Roy – atente-se ao apelido francês da personagem, bem como ao conteúdo semântico do seu nome – no seio da família do visconde de Bella Flor, peça em nada parecida com o drama *A seita negra* (Lisboa, 1884), de Henrique Véron e Xavier Nogueira Júnior, como advertia *O Protesto Operário*¹⁵. A oportunidade do tema, bem como o facto de ser obra de um líder reconhecido no movimento socialista, fez com que o drama fosse representado assiduamente nos anos seguintes, tornando-o a peça com maior projeção cénica da década. Um ano depois da sua estreia, a 28 de janeiro de 1882, voltou a ser representada, desta vez no palco do Teatro de D. Fernando, sito na rua do Olival, numa récita em favor de um operário em dificuldades¹⁶. A 30 maio de 1886 subiu à cena do Teatro Terpsícore, na praça das

⁶ BATALHA, Ladislau – *Consequências de um sim: comedia original em um acto*. Lisboa: J. J. Annaya Editor, 1873.

⁷ NOGUEIRA, César – *Notas para a história do socialismo em Portugal (1871-1910)*. Lisboa: Portugalia Editora, 1964. p. 313.

⁸ FIGUEIREDO, Manuel Luís de – Antes do mais... In *Os jesuítas: drama original português, em 3 actos*. Lisboa: Agencia Teatral, Biblioteca Progresso Teatral, 1883. p. 4.

⁹ NOGUEIRA, César – *Notas para a história do socialismo.... Op. cit.* p. 313.

¹⁰ FIGUEIREDO, Manuel Luís de – Antes do mais.... *Op. cit.* p. 4.

¹¹ *Idem*, p. 3.

¹² *O Protesto operário, órgão do Partido Operário Socialista*. Lisboa. Nº 19 (15 julho 1883), p. 3.

¹³ Eram estes, para além de Manuel Luiz de Figueiredo, F. Napoleão de Victoria, Guiomar Torrezão, Eduardo Coelho, F. da Costa Braga, Souza Bastos, Silva Vianna, E. Vellozo, H. Peixoto e o ator Nobre. Afirmava ainda contar com a colaboração de Pinheiro Chagas, Gervásio Lobato, Aristides Abranches, Maximiliano de Azevedo e Ludgero Vianna. FIGUEIREDO, Manuel Luís de – *Os jesuítas... Op. cit.*, p. 102-103.

¹⁴ *O Protesto operário. Op. cit.* Nº 35 (4 novembro 1883), p. 4.

¹⁵ *Idem*, Nº 27 (9 setembro 1883), p. 2.

¹⁶ *O Protesto. Jornal do Partido dos Operários Socialistas*. Lisboa. Nº 335 (15 janeiro 1882), p. 4. e Nº 336 (22 janeiro 1882), p. 2.

Flores, num sarau dramático dedicado à redação de *O Protesto Operário*¹⁷ – que naquele congresso socialista de 1880 fora eleito o órgão de imprensa do POSP – promovido por uma comissão e, alguns meses mais tarde, em novembro, uma sociedade de Caminha representou-o em Valença (Viana do Castelo)¹⁸. A 29 de setembro de 1889 foi exibido no Teatro Recreativo da Lapa, situado na rua das Trinas, em Lisboa, em benefício de um operário¹⁹. Em 1892 foi de novo interpretado na freguesia de Âncora, perto de Caminha (Viana do Castelo), despertando as iras do conservador jornal *Estrela de Caminha* contra a peça, as personagens e os atores, que qualificara de “ímpios, difamatorios e mentirosos”²⁰.

A peça *Os jesuítas* mostra uma evolução temática neste teatro militante ainda em construção enfatizando questões ideológicas como a luta contra a Igreja e os seus representantes, entre eles, os membros da Companhia de Jesus, frequentemente acusados de roubo de crianças e pederastia, entre outros delitos. Dela faria eco outro autor operário, Alves Pereira, num drama anticlerical intitulado *Os carolas* – alcunha com que o autor denominava os jesuítas – representado a 23 de agosto de 1885 no Teatro das Oliveiras (Valbom, Gondomar, Porto), num espetáculo promovido pela Sociedade Dramática Ator Santos²¹. Alves Pereira foi também autor de uma “comédia-drama” em dois atos, *Samuel, o camponez ou o filho das montanhas*, que dedicou a J. Ferreira Sousa Lima Bayard²². Junto a estas obras documentamos outras, nas quais a biografia teatral de personalidades relevantes para o movimento operário assume o protagonismo nestes anos finais da década de 80. São da responsabilidade de mais dois autores: Dionísio Sampaio, falecido com apenas dezoito anos, cerca de 1886, foi responsável por um poema dramático intitulado *O Rouget de Lisle*, baseado na vida de Claude Rouget de Lisle, o autor de *A Marselhesa* (1792)²³, e José Fontana da Silveira, cujo *Honra e trabalho* (1888), nesta mesma linha temática, relata a vida do arquiteto francês Miguel Sedaine, que é educado por um benfeitor²⁴, sendo textos de que, até à data, desconhecemos qualquer representação. Contudo, a divulgação de figuras gradas ao socialismo não teve continuidade e não mais voltaremos a encontrar esta linha temática no teatro socialista português dos séculos XIX e XX, segundo veremos a seguir.

DA DENÚNCIA DOS CONFLITOS LABORAIS À DEFESA DO SOCIALISMO

O recurso sistemático à peça de Manuel Luís de Figueiredo na década de 80 do século XX revela o limitado repertório teatral dos socialistas nestes anos. Daí que o modelo fornecido pelo drama social continuasse vigente e parecesse presidir os primeiros textos de um socialista português, António Augusto da Silva, que com os anos havia de se tornar um autor dramático consolidado, com três obras escritas nos fins da centúria e mais outra datada de 1924, *A amante*, algumas das quais podem ser classificadas como teatro de tese. *Amor louco* (s.d.), ainda que protagonizado por personagens operárias e com referências aos seus problemas – o desamparo social na velhice – carece de referências ideológicas. O enredo foi construído em torno da eleição pouco ajuizada da

¹⁷ *O Protesto Operário*. – *Op. cit.* Nº 216 (2 maio 1886), p. 3 e Nº 217 (9 maio 1886), p. 3.

¹⁸ *Idem*, Nº 239 (14 novembro 1886), p. 2.

¹⁹ *Idem*, Nº 387 (29 setembro 1889), p. 2.

²⁰ *Idem*, Nº 505 (13 março 1892), p. 2.

²¹ *Theatro*. – In *Op. cit.* Nº 24 (16 agosto 1885), p. 4.

²² Alves Pereira. – In *Op. cit.* Nº 18 (5 julho 1885), p. 4.

²³ SANTARENO, José Martins – *Teatro Social: “O Capital”*, de Ernesto da Silva. *República Social*. Porto. Nº 38 (15 novembro 1919). Em 23 de dezembro de 1886, um grupo de amigos organizara uma récita em benefício de Dionísio Pereira Sampaio no Teatro do Príncipe Real, em Lisboa, visando a edição dos seus poemas inéditos. *O Protesto Operário*. Nº 244 (19 dezembro 1886), p. 2; Dyonisio Sampaio. *Idem*, Nº 454 (22 fevereiro 1891), p. 2.

²⁴ SILVEIRA, José Fontana da – “Honra e Trabalho”: drama historico e educativo em 1 acto, baseado na vida de Miguel Sedaine, eminente architecto francez. In *Encyclopedia das Familias: Revista de Instrução e Recreio*. Lisboa: Lucas & Filho Editores. Nº 362-366 (1888), p. 362-366.

costureira Laura por Zé, um estroina que a seduz, frente a Artur, operário e órfão, mas honrado²⁵, enquanto *A irmã noviça* (1900) foi escrito a propósito de um comício anti-clerical realizado no Monte da Virgem e representado a 10 de novembro de 1912, no Salão Teatro Azedo Gneco, em Gaia²⁶.

A evolução da dramaturgia socialista resultara de dois acontecimentos políticos. De um lado, a aprovação, em 1887, da “lei das licenças para trabalhar”, de Mariano Cirilo de Carvalho, que gerou um movimento de oposição levando os operários a organizarem-se em associações de classe, as quais vieram a ser formalmente reconhecidas em 1891, especialmente após a realização, na Câmara Municipal de Lisboa, de um congresso que reuniu noventa delegados de cinquenta associações e núcleos operários do país²⁷. O encontro preparou o Congresso Nacional das Associações de Classe, no Porto, a 24 de março de 1892, que mostrará a nova realidade social no âmbito do associativismo sindicalista e onde foi aceite a nova sociedade sindical chamada Federação das Associações de Classe. Do outro, a cisão marxista do Partido dos Operários Socialistas de Portugal, denominada Partido Socialista Português, chefiada por Azedo Gneco, e à qual pertencia essa agremiação, que veria oficialmente a luz em Tomar, na II Conferência Socialista realizada entre 14 e 16 de outubro de 1895. Estes acontecimentos tiveram reflexo no mundo dramático em dois aspetos: a criação de um grupo teatral vinculado ao Partido Socialista Português (PSP), o Grupo Dramático Socialista, fundado em 1893²⁸, de efémera existência, pois em novembro de 1894 podia considerar-se desaparecido; e em segundo lugar, porque este facto motivou José Martins Santareno – um outro membro do PSP – a propor a Ernesto da Silva – autor de vários contos e textos dramáticos publicados em *A Federação*, o semanário da Federação das Associações de Classe – a escrita de uma peça teatral. Martins Santareno procurava, com esta iniciativa, satisfazer um duplo objetivo: revitalizar o Grupo Dramático e dar visibilidade à nova agremiação socialista. Ernesto da Silva, talvez desejoso de conhecer um texto que lhe servisse de inspiração ou de modelo, foi auxiliar-se não das peças de Manuel Luís de Figueiredo, seu antigo chefe no POSP e agora líder de uma agremiação socialista rival, mas do drama de Dionísio Sampaio, *O Rouget de Lisle*, que leu junto do pai do autor, Daniel Pereira Sampaio, e de Martins Santareno, em sua própria casa. Nessa mesma noite comprometeu-se a escrever um drama – *O capital* – trabalho que ficou pronto no mês de março de 1895. A 14 de abril foi dado a conhecer na sede da Associação das Federações de Classe, e a 28 na Associação Tipográfica Lisbonense. A obra foi um sucesso entre os ouvintes de uma e outra sociedade, ao ponto de se propor a sua encenação num teatro profissional.

Um dos assistentes à leitura na sede da Federação das Associações de Classe, Manuel de Freitas, escreveu que o “entusiasmo foi manifesto” e que ele próprio reconheceu no texto “a razão de ser de todas as nossas convicções”. “— Oh! isto revivifica!”, registou. Em alguns ouvintes conseguiu o seu propósito. A esposa de um seu conhecido, ao descer a escada, afirmou ao marido: “— Isto é que se chama propaganda? Na verdade é salutar. Depois de ouvir lêr este drama, estou quasi como tu – socialista”²⁹. Em outubro foi confirmada a estreia no Teatro do Príncipe Real, em Lisboa, prevista para 8 de novembro de 1895³⁰.

²⁵ SILVA, António Augusto da – *Amor louco: drama em 3 actos original*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, [post. 1800]. A Livraria Dramática Popular de Francisco Franco foi fundada em 1890, constituindo a peça o nº 275 da Biblioteca Dramática Popular. Em 1989, o Grupo de Teatro do Centro Cultural de Real de Braga encenou-a na sede do Círculo Católico de Operários de Vila do Conde. Referência em <http://sinbad.ua.pt/cartazes/CT-ML-I-3673>

²⁶ António Augusto da Silva. *A Luz do Operário*. Porto. Nº 513 (27 outubro 1912), p. 3; António Augusto da Silva. *Voz do Povo*. Porto. Nº 282 (27 outubro 1912), p. 3.

²⁷ NOGUEIRA, César – *Resumo histórico dos congressos e conferências do Partido Socialista Português (1871-1926)*. Lisboa: Revista Pensamento, 1932. p. 162-163, 182-184 e 195-198.

²⁸ Sobre as origens deste grupo teatral *vid.* PERALTA GARCÍA, Beatriz – Los orígenes del teatro socialista en Portugal: “O Capital” (1895), de Ernesto da Silva. *História. Revista da FLUP*. V. 7 Nº 2 (2017), p. 223-225.

²⁹ FREITAS, Manuel de – Revivificação. *A Federação*. Lisboa. Número especial. Homenagem, p. 2.

³⁰ Sobre a encenação da peça de Ernesto da Silva, *vid.* PERALTA GARCÍA, Beatriz – Los orígenes del teatro socialista en Portugal... p. 228-233.

O sucesso de *O capital* foi também o sucesso do seu autor. Ernesto da Silva era na altura um líder reconhecido no movimento operário, mas a partir da representação da peça ganhou em prestígio pessoal e isso levou, também, a algumas invejas e até suspeitas – pouco depois começaram as acusações de filo anarquismo —, em torno dele. Já sob o ponto de vista da construção dramática, *O capital*, mais do que um ponto de inflexão na literatura dramática socialista face às obras dos autores mencionados, é o texto criador do teatro socialista em Portugal³¹. Desta vez, Ernesto da Silva, forte conhecedor da classe operária, à qual ele próprio pertencia, denunciou com realismo não apenas as condições laborais dos operários mas a ação deles na defesa dos seus interesses, construindo as personagens e os ambientes tal qual ele os via socialmente. A obra colocava-se em aberto confronto com as peças do drama social, até há poucos anos tão do agrado do público operário e da crítica, mas que evidenciavam um tratamento idealizado do mundo do trabalho em temas e personagens, subordinado aos interesses da classe à qual os autores pertenciam maioritariamente, a pequena burguesia. Demonstrou-o na crónica ao drama *Rosa enjeitada*, de D. João da Câmara, que Ernesto da Silva viu representado no Teatro do Príncipe Real em 1901. Nela registou as gargalhadas dos operários, a “chacota de mau quilate” e o “riso imbecil” com que eles saudaram o jeito interpretativo da Rosa e do João Reinaldo, protagonistas, e o desenvolvimento da ação a partir do terceiro ato³². Nada a ver com *O capital*. Aqui, o núcleo do conflito foca-se numa família de proprietários, o dono de uma fábrica têxtil, Julião, e Carlos, seu filho, socialista. No terceiro ato, que tanto agradou aos ouvintes e, depois, aos espectadores, Ernesto da Silva descreveu as condições do trabalho nas fábricas: as multas aos operários como garantia da qualidade na produção, que favoreciam as vinganças pessoais e o assédio sexual às operárias; as ofensas contra operários, fossem homens, mulheres, ou crianças, por parte dos diretores-gerentes das fábricas; a exiguidade dos salários; ou os operários denunciando ao serviço dos industriais. Reflexo do modo de atuar no seio das organizações de classe, uma comissão de três operários tenta infrutuosamente negociar com Julião, acabando o ato em violento confronto com a polícia, que age ao serviço de donos fabris. Já sob o ponto de vista da encenação, o autor indicou nas didascálias que “entram pela janella pedras que quebram os vidros”, num quadro de enorme impacto visual. Depois da representação no Teatro do Príncipe Real, com várias récitas – uma delas dedicada ao autor – até ao mês de dezembro de 1895, integrou o repertório dramático das associações amadoras – da sociedade de recreio Estudantina Recreativa Mozart em 1895³³ e da companhia que ofereceu uma récita em benefício de um operário doente em 1896 no Teatro Taborda³⁴ –; completou os atos comemorativos do calendário festivo operário, como foi o 1º de Maio de 1897³⁵, e até foi encenado no Rio de Janeiro, onde foi representado três vezes, entre os dias 7 e 10 de junho de 1896, no Teatro Lucinda³⁶. O jornal *A Federação*, no qual o autor integrava a equipa da redação, rendeu a sua admiração com um número especial a ele dedicado. Anos depois, quando em 1898 Madame Sorgue visitou Lisboa em companhia de Eugenio Chiesa e Gastonne Chiesi, a Liga das Artes Gráficas obsequiou-os com um exemplar de *O capital*³⁷.

Com este drama, Ernesto da Silva ultrapassou a fase da simples denúncia que até à altura caracterizara o teatro socialista seguindo o modelo do drama oitocentista. Um exemplo de tal situação constitui o tratamento que o teatro social deu ao recurso à greve. Após a sua fundação, a Fraternidade Operária desenvolveu uma estratégia de confronto com os donos fabris baseada na realização de greves, que foram especialmente intensas a partir de 1871 – treze ao longo do ano – e até 1888, com destaque para o ano de 1872, quando se contabilizam trinta e três,

³¹ *Idem*, p. 216-236.

³² SILVA, Ernesto da – A “Rosa enjeitada”. *O Mundo*. Lisboa. Nº 135 (29 janeiro 1901).

³³ Sociedades de Recreio: Estudantina Recreativa Mozart. *A Federação*. Lisboa. Nº 102 (15 dezembro 1895), p. 4.

³⁴ Júlio Terra. *Idem*, Nº 129 (21 junho 1896), p. 1; Theatro Taborda. *Idem*, Nº 131 (5 julho 1896), p. 1; *Idem*, Nº 132 (12 julho 1896), p. 3.

³⁵ *A Voz do Proletário, Órgão dos Manipuladores de Tabaco e defensor das Classes Operarias em geral*. Lisboa. Nº 17 (2 maio 1897), p. 4.

³⁶ “O Capital”. *A Federação*. Nº 135 (2 agosto 1896), p. 4.

³⁷ Sorgue, Chiesa e Chiesa. *Idem*, Nº 248 (2 outubro 1898), p. 1-2; O sarau socialista da Federação. *O Paiz*. Lisboa. Nº 69 (30 setembro 1898), p. 2.

segundo o recenseamento do professor José Tengarrinha³⁸. As consequências para o movimento operário foram trágicas, com o desaparecimento desta agremiação e a desvalorização e desprestígio da greve como instrumento de pressão. O teatro fez eco deste movimento de conflito social na peça de Joaquim José Bordalo e Luiz de Araújo intitulada *Dois operários em greve*, representada no Teatro de D. Luiz em maio de 1872. Nela, a greve é abordada desde uma perspectiva burlesca, como o seu subtítulo indica, *Intervallo comico original*, protagonizado por um alfaiate e um sapateiro. Para o primeiro, de nome Guterres, o prestígio da greve provinha da história de França, que fez a revolução de 1789 e experimentou o governo da Comuna, mas para José este episódio da história política e operária francesa foi “peior do que quantos impostos e quantas decimas os nossos santos governos nos tem botado”³⁹. Deste modo, a verdadeira greve está na união dos operários, isto é, nas associações dos trabalhadores. Em 1878, ano em que os socialistas conseguiram unificar as diversas agremiações surgidas desde 1873 no Partido Operário dos Socialistas de Portugal, o movimento grevista atingiu o seu ponto mais baixo na série histórica, com apenas uma greve. Curiosamente, Alberto Pimentel parodiara o fenómeno num monólogo intitulado *A grève*, onde elencara até dezassete situações de abandono de responsabilidades suscetíveis de serem alcunhadas de “greve”: das crianças na escola, da dentadura na alimentação, greve de senso comum, de formosura, de mamas e de rabo nas mulheres, de transpiração provocando gripe, de amor conjugal no esposo, greve de educação infantil, greve na ortografia, greve nos jogos de cartas, greve de bolos no chá, greve de probidade, greve de cobres – isto é, de dinheiro —, greve de vida, e fazer greve à paciência⁴⁰.

Diferentemente da troça com que é tratado um dos instrumentos da luta operária pelo teatro social Ernesto da Silva ofereceu um modelo dramático baseado, tematicamente, na reivindicação dos direitos operários e, politicamente, na implementação do pensamento socialista como modelo social associado à solução dos problemas dos operários. Daí a qualificação como “socialista” do filho do industrial, Carlos, em quem recai, em última instância, a solução ao problema colocado no drama, a ruína da fábrica pela péssima gestão do diretor e a intransigência do proprietário, Julião, face aos operários. Este protótipo será reproduzido posteriormente no drama *A miséria*, de Ladislau Batalha, datado de cerca de 1881⁴¹, mas dado a conhecer em leitura pública no Centro Socialista de Lisboa a 2 de fevereiro de 1896⁴², cedendo o autor parte dos direitos de representação no Teatro do Príncipe Real⁴³ a favor da propaganda socialista⁴⁴; em *Os que trabalham* (1897), de Ernesto da Silva⁴⁵; em *A Tecelã* (1898), de António da Silva Restolho⁴⁶; e, especialmente, por António Augusto da Silva em *Pedro, o tecelão*, publicado no Porto ao que parece por volta de 1898⁴⁷, e Francisco Miguel Penha em *Um sonho socialista*⁴⁸, peças todas elas ambientadas em fábricas têxteis.

A situação dos operários nas fábricas de tecelagem fora de especial preocupação para o movimento operário pois, como vemos, fornecera o marco espacial de todas estas obras. É também o caso desta última peça cujo título remete para um dos textos mais conhecidos do drama social, *Gaspar, o serralheiro* (1877), de Eduardo Pedro Baptista Machado. Ele mostra um conflito operário no seio duma fábrica têxtil, mas António Augusto da Silva introduz um outro elemento no enredo, o assédio sexual às mulheres pelos membros da Igreja, exemplificado na

³⁸ TENGARRINHA, José - As greves em Portugal: uma perspectiva histórica do século XVIII a 1920. *Análise Social*. XVII 67-68 (3^o/4^o 1981), p. 585-586.

³⁹ BORDALO, Joaquim José; ARAUJO, Luiz de - *Dois operários em greve: intervallo comico original*. Lisboa: Livraria de Joaquim José Bordalo, 1872. p. 13-14.

⁴⁰ PIMENTEL, Alberto - *A grève: scena comica*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira, 1878.

⁴¹ NOGUEIRA, César - *Notas para a história do socialismo... Op. cit.*, p. 313.

⁴² *A Miséria. A Federação*. Lisboa. N^o 109 (2 fevereiro 1896), p. 1; *Idem*, N^o 110 (9 fevereiro 1896), p. 2.

⁴³ *Idem*, N^o 117 (29 março 1896), p. 1; *Drama socialista. Idem*, N^o 139 (30 agosto 1896), p. 1; *A Miséria. Idem*, N^o 141 (13 setembro 1896), p. 3.

⁴⁴ Congresso d'Associações de Classe: 6^a sessão (em 19 de abril de 1897). *Idem*, N^o 173 (25 abril 1897), p. 3.

⁴⁵ *Os que trabalham. Idem*, N^o 168 (21 março 1897), p. 3.

⁴⁶ “A Tecelã”. *O Tecido: órgão da União das Classes Têxteis em Portugal*. Lisboa. N^o 96 (2 janeiro 1898), p. 4.

⁴⁷ Segundo consta na ambientação da peça. *Vid.* elenco das personagens em SILVA, António Augusto da - “Pedro, o tecelão”, drama original em 3 actos. *A Luz do Operário*. Porto. N^o 499 (14 de abril 1912) a N^o 527 (11 de maio 1913). O texto foi reproduzido no jornal como folhetim tal qual foi publicado.

⁴⁸ PENHA, Francisco Miguel - Um sonho socialista: conferências críticas e instructivas ao povo operário de hoje concatenadas em forma de drama em cinco actos e seis quadros. *O Combatente*. Faro. N^o 8 (8 fevereiro 1920) a N^o 31 (1 agosto 1920).

filha do protagonista. O assunto é resolvido na vingança privada com base na solidariedade entre os operários, os quais apoiam Pedro, socialista. O drama combina duas linhas temáticas veiculadas pelos dois textos de maior importância nestes anos, *Os jesuítas* e *O capital*. Vários são os elementos em que o drama de Ernesto da Silva serve como modelo. Em *Pedro, o tecelão*, fala-se nas dificuldades de implantação do socialismo, na exploração dos operários nas fábricas – horários excessivos, ordenados ínfimos, castigos e multas, excesso de trabalhadores como reserva —, na descrição da organização social do sistema capitalista e na proposta da futura sociedade socialista, nas traições dentro do movimento operário, no uso de métodos violentos e na assunção do ideal socialista pelos operários, que é uma constante ao longo do drama. Ele começa por ser definido de forma negativa, na voz do abade: “Quem não tem religião nem temôr de Deus de coisa alguma se compadéce. É revolucionario... é socialista... não o estranho”, contestado imediatamente a seguir na voz de Pedro, que afirma que o socialismo é amor, justiça e liberdade e contrapõe ao catolicismo uma humanidade baseada na justiça social⁴⁹. O mais eloquente da peça é o facto de a personagem se definir como socialista, personalizando o sentir dos operários: “Eu era aquêlê úmilde (sic) trabalhador a quem chamavam Pedro, o tecelão estimado por poucos e detestado por muitos, porque espalhava os principios revolucionarios d’uma causa boa, d’uma ideia justa – o Socialismo”⁵⁰. Um dos elementos mais inovadores na peça é que tal como em *O capital* onde é interpretada *A Internacional* o drama acaba aos sons deste hino⁵¹.

Em 1905, Francisco Miguel Penha reconstruiu a vida numa fábrica têxtil em *Um sonho socialista*, ciente da miséria dos trabalhadores, visto ele provir de uma família burguesa. Segundo o autor, escolheu o género dramático porque “o teatro é um livro aberto, aonde todos veem e houvem (sic), analphabetos e letrados, eis o motivo por que tentei fazer do teatro a minha escola, porque não ha nada para convencer como a realidade e esta só no teatro é imitável”⁵². Como já acontecera nos textos de António Augusto da Silva e Ernesto da Silva, ele denuncia o assédio sexual às operárias no primeiro ato, para, no segundo, pormenorizar as assembleias de operários.

É aí discutido o direito à instrução e a crítica à propriedade. Na defesa dos interesses dos operários aparece o associativismo de classe e a força cativante da greve, embora como recurso extremo: “Nunca o operario se deve valer das greves, porem, casos ha em que elas se tornam inevitaveis”⁵³, em aberto confronto com os anarquistas, outro dos temas fortes no seio do movimento socialista:

Parece incrível – diz o operário Tenorio – que haja quem, repudiando a instrução, o crime, as infamias de hoje, não repugne ultrapassar os seus verdugos, matando, ferindo, exterminando, na primeira ocasião que se lhe depare!... e tudo isto em nome d’um principio que tem por fim implantar a *Liberdade*, a *Egualdade* e a *Fraternidade!*... (...) Se assim é ser Socialista, se isto é ser humanitario como avançam os *anarquistas*, se isto tudo é seguir o *Ideal Moderno*, então!... bem longe de mim taes humanitarios!!!...⁵⁴

⁴⁹ SILVA, António Augusto da – “Pedro, o tecelão”: drama original em 3 actos – *Op. cit.*, p. 9-10.

⁵⁰ *Idem*, p. 65.

⁵¹ *Idem*, p. 71.

⁵² PENHA, Francisco Miguel – Folhetim de “O Combatente”. *O Combatente*. Faro. N.º 7 (29 janeiro 1920), p. 2.

⁵³ 13.º Folhetim de “O Combatente”, 16-5-920. Um sonho socialista (por Francisco Miguel Penha). *Idem*, N.º 21 (16 maio 1920).

⁵⁴ 10.º Folhetim de “O Combatente”, 18-4-920. Um sonho socialista (por Francisco Miguel Penha). *Idem*, N.º 17 (18 abril 1920).

CONCLUSÕES

A representação do trabalho fabril na literatura evoluiu desde o drama social oitocentista até às obras de teatro escritas pelos membros do movimento socialista, num percurso cronológico iniciado com a fundação do Partido Socialista Português, e que neste estudo analisamos até à proclamação da Primeira República. Verifica-se um avanço temático desde os primeiros textos, escritos por intelectuais procedentes da pequena burguesia que têm em atenção a morigeração dos costumes sociais, aos da autoria dos operários, inicialmente a darem mais atenção às questões organizativas. A partir dos anos 80 do século XIX, Manuel Luís de Figueiredo imprimirá novo alento ao teatro operário com a introdução de temas de particular interesse para os socialistas, como as relações com a Igreja e os seus membros. Mas não será até à representação de *O capital*, de Ernesto da Silva, que o mundo do trabalho entra plenamente na cena portuguesa na perspetiva dos operários, servindo o texto de modelo para peças posteriores, não apenas sob o ponto de vista temático, introduzindo outros problemas que também se desenvolvem nos meios fabris, mas na construção das personagens e dos ambientes. O universo teatral descrito apresenta, por isso, o processo em construção de uma imagem própria dos operários socialistas portugueses nos anos finais da Monarquia.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

IMPRESSAS

BATALHA, Ladislau – *Consequencias de um sim: comedia original em um acto*. Lisboa: J. J. Annaya Editor, 1873.

BORDALO, Joaquim José; ARAUJO, Luiz de – *Dois operarios em greve: intervallo comico original*. Lisboa: Livraria de Joaquim José Bordalo, 1872.

FIGUEIREDO, Manuel Luís de – *Os jesuítas: drama original português, em 3 actos*. Lisboa: Agencia Teatral, Biblioteca Progresso Teatral, 1883.

FREITAS, Manuel de – Revivificação. *A Federação*. Lisboa. Número especial. Homenagem, p. 2.

GRACIO, Luiz A. C. – Leitura de um drama. *O Protesto: Periodico Socialista*. Lisboa. Nº 62 (outubro 1876), p. 4.

PENHA, Francisco Miguel – Um sonho socialista: conferências criticas e instructivas ao povo operário de hoje concatenadas em forma de drama em cinco actos e seis quadros. *O Combatente*. Faro. Nº 8 (8 de fevereiro 1920) a Nº 31 (1 agosto 1920).

PIMENTEL, Alberto – *A grève: scena comica*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira, 1878.

REIS, Fernando – Ernesto da Silva: a sua vida e a sua obra I. *Vanguarda*. Lisboa. Nº 2374 (5227) (13 junho 1903), p. 1.

REIS, Fernando – Ernesto da Silva: a sua vida e a sua obra II. *Vanguarda*. Lisboa. Nº 2377 (5230) (16 junho 1903), p. 1.

REIS, Fernando – Ernesto da Silva: a sua vida e a sua obra III. *Vanguarda*. Lisboa. Nº 2385 (5238) (24 junho 1903), p. 1.

RUY – Folhetim do jornal “A Federação”: “Um encontro. (Phantasia)”. *A Federação*. Lisboa. Nº 5 (4 fevereiro 1894).

SANTARENO, José Martins – Teatro Social. “O Capital”, de Ernesto da Silva. *República Social*. Porto. Nº 38 (15 novembro 1919).

SILVA, António Augusto da – “Pedro, o tecelão”, drama original em 3 actos. *A Luz do Operário*. Porto. Nº 499 (14 abril 1912) a Nº 527 (11 maio 1913).

SILVA, António Augusto da – *Amor louco: drama em 3 actos original*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, [post. 1800].

SILVA, Ernesto da – A “Rosa engeitada”. *O Mundo*. Lisboa. Nº 135 (29 janeiro 1901).

SILVA, Ernesto da – Folhetim de “A Obra”: “O despertar”, peça em 1 acto (Rejeitada pela empresa do teatro D. Maria II). *A Obra*. Lisboa. Nº 271 (15 de abril 1900) a Nº 281 (24 de junho 1900).

SILVA, Ernesto da – Folhetim do “Seculo XX”: “Vencidos”, drama em 4 actos, representado no Theatro do Gymnasio em 9 de janeiro de 1902, original. *Seculo XX*. Lisboa. Nº 13 (12 janeiro 1902) a Nº 19 (23 fevereiro 1902).

SILVA, Ernesto da – *Em ruínas: peça em 3 actos*. Lisboa: Bibliotheca D’Educação Nova Editora, 1903.

SILVEIRA, José Fontana da – “Honra e trabalho”: drama historico e educativo em 1 acto, baseado na vida de Miguel Sedaine, eminente architecto francez. *Encyclopedia das Familias: Revista de Instrução e Recreio*. Lisboa: Lucas & Filho Editores. Nº 362-366 (1888).

ESTUDOS

ALMEIDA, Fernando António – *Operários de Lisboa na vida e no teatro (1845-1870)*. Lisboa: Ed. Caminho, 1993.

NOGUEIRA, César – *Notas para a história do socialismo em Portugal (1871-1910)*. Lisboa: Portugália Editora, 1964.

NOGUEIRA, César – *Resumo histórico dos congressos e conferências do Partido Socialista Português (1871-1926)*. Lisboa: Revista Pensamento, 1932.

PERALTA GARCÍA, Beatriz – Literatura alegórico-fantasia socialista. *Revista de Estudos Literários*. Nº 9 (2019), p. 183-198.

PERALTA GARCÍA, Beatriz – Los orígenes del teatro socialista en Portugal: “O Capital” (1895), de Ernesto da Silva. *História: Revista da FLUP*. IV Série V. 7 Nº 2 (2017), p. 223-225.

TENGARRINHA, José – As greves em Portugal: uma perspectiva histórica do século XVIII a 1920. *Análise Social*. V. XVII Nº 67-68 (3º/4º 1981), p. 573-601.

Submissão/submission: 25/01/2020

Aceitação/approval: 30/04/2020

Beatriz Peralta García, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Oviedo, 33011 Oviedo, España. bperalta@uniovi.es

PERALTA GARCÍA, Beatriz – A representação do trabalho fabril na literatura socialista portuguesa: da fundação do Partido Socialista Português à Primeira República (1875-1910).

Cadernos do Arquivo Municipal [Em linha]. 2ª Série Nº 13 (janeiro-junho 2020), p. 85 – 95.

Disponível na Internet: http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/13/06_socialista.pdf